

FORMAÇÃO CONTINUADA EM LÍNGUA PORTUGUESA

ROTEIRO DE ATIVIDADES

2º SÉRIE

4º BIMESTRE

AUTORIA

GLAUCE TELLES ESTEVES

Rio de Janeiro

2012

TEXTO GERADOR I

A SRª MARI PERUSSO (Coordenadora): *Damos por abertos os trabalhos do Seminário Os Desafios da Governança Local. Convidamos a compor a Mesa o Secretário Municipal da Coordenação Política e Governança Local Deputado César Busatto; o Professor Márcio Pochmann, do Instituto de Economia da UNICAMP e pesquisador do CESIT-Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, de São Paulo, e o Professor Augusto de Franco, Coordenador-Geral da AED-Agência de Educação para o Desenvolvimento e Diretor-Executivo do COMUNITAS. Faço um apelo no sentido de que os celulares sejam desligados ou colocados no modo silencioso, para o bom rendimento dos trabalhos. Nossos painelistas terão o tempo de 20 minutos para realizarem sua exposição e, após, daremos início aos debates. De imediato, convido o Secretário da Governança Local Deputado César Busatto para que faça sua apresentação.*

O SR. CÉZAR BUSATTO (Secretário Municipal da Coordenação Política e Governança Local): *Cumprimento a todos, mais uma vez. Inicialmente, quero dizer que essa experiência que estamos começando a formular e implantar em Porto Alegre é uma política de governo. Não é uma experiência piloto o um experimento pontual, é a própria concepção de governo. Então, quando falamos em governança solidária local, falamos numa concepção nova de governo. É disso que se trata e é este o compromisso do Prefeito Fogaça, da nossa equipe de governo para com a Cidade de Porto Alegre. Gostaria de colocar, brevemente, alguns fundamentos da nossa reflexão. Partimos da visão de que há uma força em mobilização, em articulação na sociedade, produto da capacidade dos humanos de se associarem, de cooperarem em busca da sua sobrevivência, em busca da melhoria das suas vidas e das suas famílias. Essa força de cooperação, essa força de associação, essa força de solidariedade é conhecida como capital social, acumulado pela própria sociedade quando ela se move em favor do próprio desenvolvimento. Há toda uma discussão teórica, histórica sobre o tema, e estou aqui diante de dois especialistas apenas para pontuar que governança solidária local se apoia nessa concepção de que a sociedade é inteligente, tem capacidade de enfrentar e resolver seus próprios problemas, com ou sem a existência do estado. Evidentemente que se o estado for parceiro da sociedade essa capacidade pode-se multiplicar, se potencializar e os resultados serão muito melhores.*

Capital humano.

Há compreensão de que no empreendedorismo de cada ser humano, na potencialidade de cada ser humano, no conhecimento e no acúmulo de experiência de vida, não importa se na educação informal, na experiência da vida e da sobrevivência de cada ser humano há um imenso potencial de criação, de iniciativa que tem que ser levado em conta em qualquer concepção de desenvolvimento que tenha como objetivo qualidade de vida, melhor convivência entre as pessoas. Governança solidária local também se apóia num fundamento que é o território. É no lugar, é onde as pessoas vivem, trabalham, onde as pessoas têm as suas famílias é aí que se dá a grande possibilidade de desenvolvimento e da melhoria de vida. Desenvolvimento acontece no território e só no território. Portanto, aí no território é que temos que realizar essa grande articulação de todas as forças da sociedade para buscar uma melhoria de vida e da convivência entre os humanos.

Cidadão-gestor

A visão de que cada cidadão é um governante em potencial. Estamos avançando, saindo do paradigma do cidadão que vota, do cidadão que luta pelos seus direitos, do cidadão que fiscaliza, do cidadão que exerce, portanto, essas dimensões da sua cidadania e queremos estimular em cada cidadão a sua capacidade genuína de governar a sua própria localidade. Já que ele governa a si próprio, governa a sua família, por que não governar o seu lugar? Cada cidadão é estimulado a ser um governante do seu lugar! Responsabilidade social como a exigência, o compromisso de todos os humanos, de todas as organizações, inclusive das empresas privadas, com o desenvolvimento da coletividade. Romper definitivamente com a fragmentação, com o individualismo, com as visões particularistas – empresa privada cuida do lucro, o estado cuida do social. Não, a empresa privada tem compromisso com o social tanto quanto o estado, tanto quanto o terceiro setor, tanto quanto cada indivíduo na sua atividade de vida, de trabalho, de constituição da sua família e do seu futuro. (...)

(Disponível em: lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smgl/usu.../semina~1.prn.pdf)

ATIVIDADE DE LEITURA

QUESTÃO 1

Releia a apresentação do SR. César Busatto no Seminário Desafios da Governança Local e identifique o tema central e os subtemas da sua apresentação.

Habilidade trabalhada

Diferenciar tema de título e tema de subtema.

Resposta comentada

É importante o aluno perceber a relação direta entre tema e subtemas, ou seja, os últimos como desenvolvimento de ideias relacionadas ao primeiro. O tema central da apresentação do deputado é a governança solidária local e os subtemas relacionados no trecho destacado são: capital humano; e cidadão-gestor.

QUESTÃO 2

Cite dois argumentos utilizados pelo deputado César Busatto para defender a Governança Solidária Local.

Habilidade trabalhada

Reconhecer a importância dos argumentos para a defesa e consistência dos pontos de vista defendidos.

Resposta comentada

O Secretário Municipal da Coordenação Política e Governança Local, Sr. César Busatto, faz uso de alguns argumentos na defesa de uma nova concepção de governo. É importante que o aluno perceba os argumentos principais, que são desenvolvidos ao longo de sua apresentação. Primeiramente, o que destaca “a capacidade dos humanos de se

associarem, de cooperarem em busca de sobrevivência”, a isto ele denomina de “capital social”. Em segundo, pode ser destacada a “concepção de que a sociedade é inteligente, tem capacidade de enfrentar e resolver seus próprios problemas com ou sem a existência do estado.”. É pertinente ressaltar que esses argumentos são desdobrados no desenvolvimento dos subtemas (capital humano e cidadão-gestor).

TEXTO GERADOR II

DEBATE REGRADO

O debate sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras é de interesse de todos, porém destacou-se nos últimos tempos devido a sua aprovação pelo Supremo Tribunal Federal no último mês de abril e posteriormente sancionado pela presidente Dilma Rousseff. Esse assunto tornou-se de considerável relevância, visto que as novas regras já serão válidas para o ingresso nas universidades em 2013. A seguir, leremos duas opiniões divergentes sobre esse assunto, presentes no site Infoenem().

Por que sou a favor das cotas sociais e raciais

14/08/2012 Por InfoEnemPor Fernando Buglia.

[...]A bola da vez, principalmente entre os estudantes, são as cotas sociais e raciais. Todos sabem que essa polêmica está longe de ser nova. Mas a decisão do senado em reservar 50% das vagas nas universidades federais a estudantes da rede pública e ainda, parte dessa fatia, para estudantes autodeclarados negros, pardos e indígenas, trouxe o assunto novamente à tona.

E como toda polêmica que se preze (aqui me refiro exclusivamente àquelas importantes), ambos os lados ostentam defensores inteligentes e bem intencionados. Ataques com argumentos sólidos e convincentes são lançados em todas as direções e sentidos.

[...]Tanto as cotas sociais, quanto as raciais são adequadas, necessárias e justas. Portanto, devem ser consolidadas e aperfeiçoadas com urgência. Darei os motivos que me levam a pensar assim.

QUANTO AS COTAS SOCIAIS

As cotas sociais, a meu ver, apresentam de maneira escandalosa os motivos para sua própria existência. O abismo existente entre as escolas particulares e públicas do ensino básico fornecem, claramente, oportunidades distintas a estudantes de classes sociais diferentes.

[...] Dentre as argumentações contrárias as cotas sociais, destaco (e rebato) as mais comuns:

1) O vestibular não deve privilegiar ninguém. Pobres e ricos são iguais e tem a mesma capacidade.

R. A ideia das cotas não é privilegiar e sim minimizar a diferença de oportunidades. Temos escolas particulares que oferecem curso de francês, aula de teatro musicado e até fotografia. Acha realmente justo um estudante vindo de uma escola desestruturada e que diversas vezes nem apresenta professores das matérias básicas, após uma década de diferenças, disputar a vaga em pé de igualdade? Justo definitivamente não é. Digo isso para não utilizar outras palavras mais apropriadas.

2) O correto seria qualificar o ensino básico público, igualando-o ao particular.

R. De fato, esse seria o ideal. Mas tal transformação, levando em consideração as dimensões continentais do nosso país e mesmo imaginando investimentos maciços, aliado ao comprometimento dos nossos governantes, levaria várias décadas. Estamos muito longe de começar a mudança, quanto mais concretiza-la. No contexto atual, tal argumento é utópico e seria quase a mesma coisa que cruzarmos os braços.

3) Os cotistas não terão pré-requisitos para acompanhar o curso e/ou a qualidade das universidades irá diminuir.

R. Argumento poderoso. Entretanto, alguns estudos realizados por grandes universidades mostraram que o desempenho dos cotistas é igual (ou até superior) em relação aos estudantes vindos da ampla concorrência. Recomendo a leitura de duas matérias. Uma publicada no Estadão em 2010 - Desempenho de cotistas fica acima da média. Outra

publicada no site da UnB – Diferença de desempenho entre cotistas e não cotistas é de apenas 0,25 - também de 2010. A explicação talvez venha da determinação que essas pessoas podem encarar tais oportunidades, sabedores da escassez das mesmas. Além do mais, caso essas dificuldades apareçam, por que não as universidades serem obrigadas a oferecer aulas de nivelamento aos cotistas?

QUANTO AS COTAS RACIAIS

Penso que as cotas raciais são uma reparação aos fardos que os afrodescendentes carregam desde o fim da escravidão até os dias de hoje. Certa vez, escutei uma frase que, mesmo não sabendo quem foi o autor, me fez refletir. “As favelas de hoje são as senzalas de ontem”. Embora pareça apelativa demais, basta olhar ao seu redor e admitir que, no mínimo, faz muito sentido.[...]

Analogamente ao que fiz com as cotas sociais, farei com as raciais, tentando contradizer aquelas afirmações que revelam-se contra as mesmas.

1) As cotas ferem o princípio da igualdade, definido no artigo 5º da Constituição, pelo qual “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”. Portanto, são inconstitucionais.

R. Não foi o que disse o Supremo Tribunal Federal no dia 26 de abril de 2012, decidindo, por unanimidade, a constitucionalidade das cotas raciais. Com a palavra o ministro do STF, Marco Aurélio Mello: “Falta a percepção de que não se pode falar em Constituição Federal sem levar em conta acima de tudo a igualdade. Precisamos saldar essa dívida, no tocante a alcançar-se a igualdade.”

2) As cotas sociais já englobariam as cotas raciais. Portanto, as raciais deixam de fazer sentido. Brancos pobres enfrentam as mesmas barreiras que negros pobres.

R. O caráter histórico, que se reflete claramente nos dias de hoje, adicionado ao evidente preconceito, que ainda atinge os negros na procura de empregos e oportunidades, são motivos de sobra para considerar muito simplista a divisão do Brasil entre ricos e pobres.

Rosa Weber, ministra do STF, ao justificar seu voto a favor da constitucionalidade das cotas raciais, sabiamente afirmou que “se os negros não chegam à universidade por óbvio não compartilham com igualdade de condições das mesmas chances dos brancos. Se a quantidade de brancos e negros fosse equilibrada poderia se dizer que o fator cor não é relevante. Não parece razoável reduzir a desigualdade social brasileira ao critério econômico.”

ÚLTIMAS COLOCAÇÕES

[...] A decisão do STF a favor da constitucionalidade das cotas raciais e a aprovação do senado destinando 50% das vagas nas universidades federais para alunos da rede pública foram decisões a favor daqueles que tiveram, por tanto tempo, tantas oportunidades a menos. Torço para que a presidenta Dilma tenha a coragem de sancionar a lei e enfrentar a chuva de críticas que virá posteriormente.

**Fernando Buglia é formado em física pela UNICAMP e atua como professor de ensino médio e cursinho pré-vestibular na rede particular. Também é um dos criadores do site Infoenem*

<http://www.infoenem.com.br/por-que-sou-a-favor-das-cotas-sociais-e-raciais/>

Sou contra cotas nas universidades brasileiras

16/08/2012 Por InfoEnem

*Por Maria Beatriz Lobo**

Eu sou contra cotas por raça nas universidades, não só pelos motivos que normalmente se coloca: de que estamos instalando agora a diferença de raça de forma clara no Brasil.

Em todos os sistemas de cotas, ou de políticas afirmativas (no trabalho, por exemplo, como a porcentagem de vagas obrigatórias para portadores de deficiência) a sociedade deve decidir se deve, ou não incentivar minorias, ou gênero, ou grupos, inclusive quais os casos em que pretende reparar injustiças sofridas por determinados grupos que forem considerados

socialmente prejudicados, ou que apresentem dificuldades de competitividade por não terem acesso às mesmas oportunidades do restante da população.

Eu não defendo o sistema de cotas nas universidades porque, diferentemente do que ocorre em outras áreas, nas instituições educacionais de alto nível, no caso do Brasil, principalmente nas universidades públicas, a questão do mérito é fundamental e pressupõe, além da bagagem acadêmica necessária para responder aos desafios do curso, que seja analisada a verdadeira vocação do aluno, uma vez que são os mais vocacionados os que possuem mais chances de se tornarem os profissionais ou cientistas que se pretende formar nestas instituições, estabelecendo-se qual perfil de aluno é mais adequado às necessidades do país, independentemente de cor, credo, sexo etc.,

[...] Além disso, as nossas melhores universidades públicas (que ainda são as ilhas de excelência e da produção científica no Brasil e precisam se manter como o referencial de qualidade para as demais instituições nos seus campos de atuação: científico, tecnológico, educacional, cultural e artístico) precisam ser preservadas sem terem que responder por este tipo de política de inclusão social, que é de estado e não das universidades.[...]

Para finalizar, as cotas só fariam sentido em minha opinião se, e somente se, as instituições de ensino entendessem que seria preciso (para melhorar a formação do estudante) incentivar o acesso de determinados grupos com o objetivo explícito de ampliar a convivência dos alunos com os mais diferentes tipos representativos de estratos sociais, raças, credos etc, para assim complementar a visão global de formação em nível superior.

[...] Só com medidas que atinjam à educação básica, o financiamento dos alunos capazes e a excelência de parte de nossas universidades elevarão o Brasil e os brasileiros avançarão na escala social como merecem!

Artigo intitulado “POR QUE SOU CONTRA AS COTAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS?”, publicado em 3 de junho de 2011, no endereço mbeatrizlobo.com.br.

**Maria Beatriz Lobo é Licenciada, Bacharel e Psicóloga pela Universidade de Mogi das Cruzes – UMC e pós-graduada em Administração Universitária pela Universidade da*

Flórida – EUA/ Universidade Federal de Alagoas. Foi chefe de Planejamento e Avaliação e Diretora Pedagógica na Universidade de Fortaleza – UNIFOR; Vice-Reitora e Reitora em exercício da Universidade de Mogi das Cruzes – UMC. Atualmente é Sócia-Diretora da Lobo& Associados Consultoria e Vice-presidente do Instituto Lobo.

REFERÊNCIAS

<http://www.infoenem.com.br/por-que-sou-a-favor-das-cotas-sociais-e-raciais> / CONSULTA em 18/11/2012.

Notei grande mudança no comportamento e rendimento dos alunos. Todos participaram do debate regrado, houve claro empenho na preparação dos argumentos e comportamento excelente no grande dia. A plateia formada por professores da escola aprovou o debate e fez elogios aos alunos. Foi uma experiência inesquecível e de grande aprendizado para todos.